

“Uma violação da soberania nacional”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Violação da própria soberania nacional.” Esta foi a reação do deputado e professor de direitos constitucionais Michel Temer (PMDB-SP) ao comentar a denúncia feita por O Estado de S. Paulo sobre a disposição de 47 mil austríacos de influir na nova Constituição, introduzindo o conceito de soberania restrita sobre as terras indígenas. Por essa emenda, fica excluída a exploração de riquezas minerais na Amazônia.

Para o ex-procurador-geral do Estado de São Paulo e ex-secretário de Segurança, o Brasil não precisa da intervenção de ninguém para resolver seus problemas internos. O atual projeto de Constituição, explicou Temer, confere aos índios o direito à palavra, e, à Nação, a exploração dos minérios em seu território.

Atuando como um dos auxiliares de Bernardo Cabral na redação do novo texto constitucional, Michel Temer disse que é inadmissível que forças externas façam sugestões em forma de emendas à Carta máxima da Nação. Esse gesto, frisou o parlamentar, significa a violação da nossa soberania.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, disse que não cabe aos estrangeiros, quer entidades classistas, religiosas ou econômicas, tentar impor fórmulas que orientem a política nacional quanto ao seu relacionamento com as comunidades indígenas, que deverão ser definidas pela Constituinte.

Segundo Chiarelli, os índios são também brasileiros. Sua cultura deve ser preservada mas é preciso que se ache um ponto de equilíbrio onde se consiga estimular o desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade nacional sem prejudicar o meio ambiente e agredir o índio.

Chiarelli acredita que não se pode preservar os valores culturais e sociais das comunidades indígenas e castrar a sociedade brasileira e os próprios índios dos benefícios que advirão da exploração racional dos recursos naturais eventualmente existentes em suas terras.

O líder do PFL comentou ainda a posição do ministro das Minas e

Energia Aureliano Chaves, que recebeu elogios do Conselho Indigenista e Missionário (Cimi) por ter suspenso os efeitos da portaria 1/87 de 18 de maio, da Funai e do DNPM, abrindo as áreas indígenas às atividades minerais.

A posição de Aureliano, para Carlos Chiarelli, embora possa parecer, à primeira vista, um ato de imposição, é uma demonstração de apreço à classe política e à Constituinte, a quem caberá a palavra final sobre o assunto.

“Que eles cuidem do que é deles, que nós cuidamos do que é nosso”, reagiu o deputado Homero Santos (PFL-MG) ao tomar conhecimento da denúncia feita por O Estado de S. Paulo. Na opinião do deputado mineiro, o Brasil não pode vender sua soberania. E por esse motivo, “ninguém tem nada a ver com o que produzimos”. Homero Santos destacou que “esta gente”, referindo-se aos austríacos, “tem que cuidar de seus problemas, pois temos condições suficientes para tratar da nossa soberania”.

Segundo o deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), a denúncia “é muito grave, por isso, o governo deve fazer uma apuração bastante rigorosa, com o objetivo de dar mais informações à Assembléia Nacional Constituinte”. No seu entender, a soberania nacional tem que ser preservada, “sem deixar de lado o apoio aos indígenas”. Entretanto, o deputado destaca que esse apoio tem que ser dado sob a direção do governo brasileiro, “não com interferências de fora”.

“Não sabia que as sugestões dos austríacos tinham tanto peso nas decisões da política brasileira.” Assim o líder do PFL, deputado José Lourenço, comentou a denúncia de O Estado. E acrescentou: “E olhe que te garanto: vai ter muita gente defendendo isso. Naturalmente, não são maioria. São, porém, os mesmos que nos vêm pelos olhos da Albânia”.

Ele responsabilizou a “esquerda que existe no Brasil, a esquerda burra. Se vier proposta externa, com sabor albanês, é boa para o Brasil. Se for, porém, sugestão de interesse nacional, que não tenha o mesmo paladar de Tirana, não serve. Só serve o que vier da Albânia”.



Alencar Monteiro

Gerson Peres condena interferência externa no País

Para deputado, advertência

A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte deveria ter devolvido, na hora, a emenda proposta por cidadãos austríacos porque “isso é um atentado à soberania da própria Assembléia”, afirmou ontem, no plenário da Constituinte, o deputado Gerson Peres (PDS-PA), cobrando de Ulysses Guimarães providências para apurar as denúncias feitas pelo O Estado de S. Paulo.

O deputado respondeu à nota da CNBB argumentando que a denúncia não é superficial: “O jornal cita o número da emenda, o número de cidadãos austríacos que a assinaram, numa interferência indebita em as-

suntos internos brasileiros. Não aceitamos que estrangeiros venham nos dizer como fazer a política do índio no Brasil, nem podemos aceitar que essa denúncia, lançada por um dos mais sérios jornais do País, não seja apurada. V. exa. — concluiu, voltando-se para Ulysses — tem o dever patriótico de apurá-la”.

A denúncia foi também comentada pelo deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA) que condenou a tentativa de “internacionalização da Amazônia”, afirmando que os índios não têm tradição de exploração do subsolo e que as riquezas minerais devem pertencer à União.

Presidente da Funai se diz “estarecido”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Estou estarecido e preocupado”, disse ontem o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, ao comentar a denúncia divulgada pelo Estado. Sobre o envolvimento da Igreja, ele frisou que é católico e não acredita que a entidade esteja ligada aos fatos. Mas não descartou o interesse de “pessoas da Igreja” em pressionar a Constituinte, citando os integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), cuja estrutura considera maior do que a própria Funai.

Jucá Filho revelou que não desconhecia totalmente o assunto, porém jamais imaginou que o problema tivesse tamanha dimensão. E confessou que ele próprio vem sofrendo “pressões internacionais” nos últimos meses sobre a demarcação das terras indígenas e contra a mineração nessas áreas. Para o presidente da Funai, o lobby externo foi intensificado depois que ele assinou a portaria conjunta com o Departamento Nacional de Produção Mineral autorizando a entrada de mineradoras nas áreas indígenas. Em sua avaliação, o principal grupo de pressão é do Banco Mundial, que tem aplicado recursos para desenvolver projetos de demarcação no País. Há também os interesses de parlamentares, que ele não quis identificar. Mesmo assim, a Funai vai manter a portaria em vigor.

A Constituinte desconhecerá o documento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A “emenda popular” encaminhada à Constituinte pelo Movimento de Jovens Católicos da Áustria, (Dreikoeningaktion der Katholischen Jungesher Oesterreichs), com 47 mil assinaturas defendendo a exclusão dos índios brasileiros, não vai ter tratamento de emenda nem sequer de sugestão para a nova Constituição. A Comissão de Sistematização entende que o documento austríaco não cabe nos limites estabelecidos pelo regimento interno da Constituinte, que prevê a apresentação de emendas apenas por eleitores brasileiros.

Quando foi entregue ao relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) o documento foi considerado por ele como um sinal da importância da Constituinte “para o mundo”. Cabral, que posou para diversas fotos junto à montanha de papéis com as assinaturas dos jovens ecologistas austríacos, afirmou várias vezes aos jornalistas: “Essa emenda demonstra o interesse que a Constituinte vem provocando no Exterior e a maneira séria como ela é encarada”.

Pelo fato desse tipo de iniciativa não se adequar ao regimento interno e para não expor a Constituinte a um ato de descortesia em nível internacional, a “emenda popular” vinda da Áustria foi anexada às milhares de correspondências recebidas pelo relator Bernardo Cabral e tratadas dos mais diversos assuntos ligados à elaboração da nova Constituição do País.

E a CNBB ameaça até processar jornal

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“Trata-se de um lobby fortíssimo, que visa a varrer de uma vez por todas qualquer perspectiva de vitória para os índios brasileiros” — disse ontem o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brandt, ao comentar as denúncias publicadas no domingo pelo jornal O Estado de S. Paulo, sobre uma campanha organizada para restringir o exercício da soberania do Brasil sobre as terras indígenas. As denúncias provocaram uma nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à qual o Cimi está ligado, assinada pelo seu presidente, dom Luciano Mendes de Almeida, na qual afirma que “aguardará as matérias posteriores anunciadas por O Estado para proceder a seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso”.

Para a CNBB, a matéria “revela uma leitura tendenciosa” das atividades da Igreja e baseia-se em informações “absolutamente falsas”. O subsecretário-geral da CNBB, cónego Celso Pedro da Silva, negou que o Cimi esteja vinculado ao Conselho

Mundial das Igrejas Cristãs, autor do documento “Diretrizes para o Brasil nº 04 — ano 0”, bem como à própria Igreja Católica brasileira. “Ao que sabemos, o Conselho congrega as Igrejas Evangélicas” — frisou. Para o subsecretário, também é inverídica a notícia de que o Cimi possui um arquivo secreto e, quanto ao documento, ele afirmou desconhecer a sua existência, bem como da carta atribuída a seu secretário executivo. O assessor de imprensa da CNBB, padre Arnaldo Betrami, informou que apenas a Santa Sé tem um observador no Conselho, mas negou que a entidade tenha qualquer representação no Brasil.

Enfatizando que a matéria de domingo de O Estado tem a ver com a entrega, amanhã, de emendas populares à Assembléia Nacional Constituinte em favor dos índios, o assessor jurídico do Cimi, Júlio Geiger, bem como a nota da CNBB, insistem em que a proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um “Estado pluriétnico”, sob cuja soberania convivem, além da sociedade majoritária, várias nações indígenas. “Isso não pode ser entendido como uma agressão ou risco à soberania do Estado” — afirmou Brandt.

“Exterminio que envergonha”

Esta é a nota divulgada pela CNBB:

“Surpresos, tomamos conhecimento da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de domingo, 09/08; afirmando que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão anexo à CNBB, estaria engajado em suposto projeto de conspiração internacional propagando o conceito de soberania restrita do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas. A matéria revela leitura tendenciosa das atividades da Igreja e baseia-se em informações absolutamente falsas. Manifestamos o nosso veemente repúdio às afirmações de O Estado que visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas.”

1 — O Cimi nunca postulou junto à Assembléia Nacional Constituinte o estabelecimento do estatuto de soberania restrita para as nações indígenas.

2 — O Cimi não é vinculado ao Conselho Nacional de Igrejas e tampouco o representa. Da mesma forma, desconhece o documento identificado como “Diretriz Brasil nº 4 — ano 0”. Quanto ao citado documento de Barbados ele não foi assinado pela Igreja. O único brasileiro que o assinou foi o conhecido antropólogo Darcy Ribeiro.

3 — O Cimi não possui nenhum arquivo secreto. Como qualquer organização privada ou oficial, o órgão indigenista possui arquivo para pesquisas e documentação. O Cimi nega ainda a existência da carta atribuída a seu secretário executivo.

4 — O relacionamento do Cimi com comunidades cristãs e entidades solidárias de outros países objetiva o fortalecimento da solidariedade humana em torno da defesa da vida das comunidades indígenas, sem nenhum propósito de incentivar ou propiciar ingerências indevidas na condução dos assuntos internos do Brasil.

5 — A proposta do Cimi à Constituinte é de que o Brasil seja reconhecido como um Estado pluriétnico sob cujas soberanias convivem, além

da sociedade majoritária, várias nações indígenas, a exemplo de constituições modernas de outros países. Não corresponde à verdade a afirmação de que o Cimi defende a soberania restrita da União sobre as terras indígenas.

O Cimi propõe ainda a demarcação das terras indígenas garantindo aos povos nativos o usufruto das riquezas nelas existentes.

Essa proposta é fruto de debates e estudos interdisciplinares e visa garantir a sobrevivência física e cultural das nações indígenas no Brasil, até hoje vítimas de um processo de extermínio que envergonha o País e contra o qual já bradaram personalidades como José Bonifácio, Marçal Rondon e muitos outros patriotas.

Todas as emendas encaminhadas pelo Cimi à Assembléia Nacional Constituinte privilegiam claramente a União Federal, o que evidentemente não agrada às empresas de mineração e aos interesses do capital internacional.

6 — O Cimi nunca se opôs a medidas militares que visem a garantia de nossas fronteiras como está bem explicitado na nota oficial divulgada em outubro de 1986, quando se tornou público o projeto Calha Norte: “O Cimi, como as próprias comunidades indígenas, não se opõe a providências dirigidas ao bem-estar da população amazônica e à guarda das fronteiras brasileiras. Não admite, porém, que modelos autoritários de desenvolvimento sejam, mais uma vez, implementados às custas dos povos indígenas”.

7 — Seria oportuno que o Congresso Nacional, bem da verdade, constatasse a improcedência das denúncias formuladas pelo jornal O Estado de S. Paulo.

8 — A presidência da CNBB aguardará as matérias posteriores anunciadas pelo O Estado para proceder a seu exame total e tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso.

Brasília, 10 de agosto de 1987
Presidência da CNBB